



PROVA OBJETIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS SEGUINTE INSTRUÇÕES

Resolução nº 15/2023

25/06/2023

Verifique se este caderno contém 30 questões, numeradas de 01 a 30. Caso contrário, solicite ao aplicador de prova um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- A sua resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão a que você está respondendo;
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu;
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, preenchendo o círculo completamente;
- O cartão não será substituído em caso de erro do candidato.

ATENÇÃO:

- Marque as respostas com caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- A folha de resposta, contendo seu nome e RG, será entregue ao aplicador de prova; e a prova você poderá levar no transcorrer dos últimos 30min de prova.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta e rasuras, bem como o uso de corretores de qualquer natureza.
- Você terá 4 horas, a partir do término das instruções fornecidas pelo aplicador de prova, para responder a todas as questões e preencher a folha de respostas.
- Os três últimos candidatos deverão aguardar até que todos completem a prova.
- Deverão presenciar o lacre do envelope contendo todas as provas, com assinaturas do aplicador e dos referidos candidatos.
- Devolver esse caderno de prova ao aplicador da mesma, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Divulgação do gabarito e publicação do resultado preliminar das provas, dia 27/06/2023.

NOME COMPLETO:

NÚMERO DO RG:



LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, a seguir, responda as questões de 1 a 3.

Hodiernamente, na sociedade brasileira, há uma séria questão a ser debatida: os direitos da criança e do adolescente. Nesse contexto, há dois fatores que não podem ser negligenciados: a concepção de alteridade precária e o descaso dos órgãos públicos. Portanto, é imprescindível resguardar os direitos da criança e do adolescente.

E primeira análise cabe pontuar que a sociedade não tem empatia sobre o bem-estar da criança e do jovem. Segundo Bakhtin, o ser humano, colocando-se no lugar do outro, constitui-se e transforma-se, isto é, a alteridade é um sentimento de mudança social. Nessa conjuntura, é necessário que a sociedade desenvolva a empatia e entenda que crianças e adolescentes têm direitos assegurados pelo ECA e devem ser respeitados. Dessa forma, faz-se necessário a prática de empatia.

Deve-se pontuar, também, que há um descaso do Estado. De acordo com Platão, o verdadeiro chefe não nasce para atender os direitos de si próprio, mas de toda a coletividade. Nessa lógica, o Estado deve assegurar o bem-estar de todos os jovens, principalmente, em estado de vulnerabilidade econômica e social, e encara-los não como o futuro da nação, mas como o presente. Logo, a proatividade do estado é essencial para resolver a problemática.

Destarte, é necessário o sentimento de alteridade e a proatividade do Estado para solucionar esse entrave. Para isso, os meios de comunicação devem exercer sua função social, a partir de propagandas que despertem a comoção da sociedade. Ademais, o Ministério da Justiça, concomitantemente com o conselho tutelar, precisa ser mais ativo nas investigações das denúncias que ferem o ECA, punindo com rigor os infratores, assegurando a proteção econômica e social dos jovens. Assim, poder-se-á afirmar que o Brasil oferece mecanismos para a proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

<https://www.imagine.com.br/enem/exemplo-de-redacao/os-direitos-das-criancas-e-adolescentes-no-brasil/817356>

1 - Quais são os fatores que contribuem para a concepção de alteridade precária em relação aos direitos da criança e do adolescente?

- A) A falta de conscientização da sociedade.
- B) A ausência de leis de proteção.
- C) A falta de investimento do Estado.
- D) A falta de envolvimento dos meios de comunicação.

2 - A palavra hodiernamente pode ser substituída sem alteração de sentido por qual palavra:

- A) Outrora
- B) Antigamente
- C) Presentemente
- D) Dantes

3 - No trecho: “Assim, poder-se-á afirmar que o Brasil oferece mecanismos para a proteção dos direitos das crianças e adolescentes.”, encontramos quanto à colocação pronominal um caso de:

- A) próclise
- B) mesóclise
- C) ênclise
- D) apossínclise

Leia o texto, a seguir, responda as questões 4 e 5.

A realidade da infância e da adolescência no Brasil exige que tenhamos atitudes firmes e responsáveis. Nós escolhemos qual será nossa postura diante da violência cometida contra crianças e adolescentes. O abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes precisa acabar! Pais e educadores são os principais agentes de proteção às crianças. O abuso sexual é uma triste realidade que ocorre em todas as classes sociais, religiões, independente do nível de escolaridade, dos analfabetos aos doutores. Infelizmente é muito difícil de ser descoberto.

Mas, afinal o que é abuso sexual? É todo o ato ou brincadeira sexual, relação hetero ou homossexual, em que o agressor (adulto) tenha mais consciência do que a criança ou do que o adolescente sobre o que está fazendo. A intenção é estimular a criança ou o adolescente sexualmente, bem como utilizá-las para obtenção de satisfação sexual do abusador. Estas práticas eróticas e sexuais são impostas à criança ou adolescente por meio da violência física, de ameaças ou de induções de sua vontade.

(FIOCRUZ/ENS/CLAVES, 1994 - texto adaptado).

4 - Como é definido o abuso sexual no texto?

- A) Qualquer forma de contato físico entre adultos e crianças.
- B) Brincadeiras sexuais entre crianças.
- C) Atos sexuais cometidos por adolescentes.
- D) Atos ou brincadeiras sexuais onde o agressor tem mais consciência do que a criança ou adolescente.

5 - Quais são os meios pelos quais o abuso sexual é imposto à criança ou adolescente?

- A) Através de chantagem emocional.
- B) Através de presentes e recompensas.
- C) Através de violência física, ameaças ou indução de vontade.
- D) Através de conversas abertas e consentidas.

6 - (Instituto Darwin) De acordo com a regra para o uso da “crase”, reconheça nos espaços em branco da mensagem a seguir, onde a crase é necessária assinalando as opções a partir da sequência.

“Um processo de apoio ____ crianças vítimas de violência é um conjunto orientado de atendimento ____ vítima e seus familiares e de diligências várias que conduzam _____ eficaz resolução dos problemas manifestados ou resultantes da prática da violência”.

- A) às, à, à
- B) às, a, a
- C) as, a, a
- D) às, a, à

INFORMÁTICA

7 - Em relação à segurança cibernética, é importante que o conselheiro tutelar esteja ciente dos riscos e adote medidas de proteção adequadas. Considerando isso, qual é a função principal de um firewall em um sistema de rede?

- A) Comunicação entre diversos dispositivos.
- B) Controlar o acesso à rede
- C) Fornecer energia para os dispositivos da rede
- D) Realizar backups dos dados da rede

8 - Para auxiliar na organização e análise de dados estatísticos, o conselheiro tutelar pode utilizar uma ferramenta de software muito utilizada em ambientes profissionais, que permite a criação de fórmulas e a geração de gráficos complexos. Qual das seguintes opções se refere a essa ferramenta?

- A) Photoshop.
- B) Word.
- C) Excel.
- D) PowerPoint.

9 - Caso um conselheiro tutelar que é usuário do sistema operacional Windows 10 deseje acessar o gerenciador de arquivos - ou *explorer* - de sua máquina, ele deve digitar as teclas de atalho:

- A) CTRL + V
- B) CTRL + X
- C) Windows + D
- D) WINDOWS + E

10 - Quando o conselheiro tutelar quer fazer a manipulação de arquivos no Windows ele pode mover um arquivo de um local para outro, qual sequência de comandos pode ser utilizada para tal procedimento?

- A) Ctrl + S; Ctrl + V.
- B) Ctrl + X; Ctrl + V.
- C) Ctrl + V; Ctrl + C.
- D) Ctrl + C. Ctrl + V.

11 - O conselheiro Tutelar passou muito tempo com uma página da internet aberta e a pagina desatualizou, deve-se utilizar a seguinte tecla de atalho para recarregá-la:

- A) F1
- B) F3
- C) F5
- D) F7

12 - O conselheiro Tutelar precisa identificar uma situação na sua planilha, para isso ele precisar saber como identificar qual a forma de uma tabela. As planilhas contêm:

- A) apenas linhas;
- B) linhas, colunas e separadores;
- C) linhas e colunas;
- D) colunas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

13 - Marque a opção correta de acordo com a Resolução CONANDA Nº 231/2022

Para o exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

- A) Nas salas de sessões do Conselho Municipal de Saúde.
- B) Nas salas de delegacias e demais órgãos de segurança patrimonial.
- C) Nas entidades de atendimento nas quais se encontrem crianças, adolescentes e gestantes.
- D) Em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

14 - Marque a opção correta de acordo com o artigo 44 da Resolução CONANDA Nº 231/2022. Constituem penalidades administrativas passíveis de serem aplicadas aos membros do Conselho Tutelar, dentre outras a serem previstas na legislação local:

- A) Advertência, exoneração e suspensão com remuneração.
- B) Suspensão sem remuneração, destituição do mandato e advertência.
- C) Advertência, suspensão do exercício da função e destituição do mandato.
- D) Suspensão, demissão e exoneração

15 - De acordo com a Resolução CONANDA Nº 231/2022. No que concerne ao artigo 5º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, observar a seguinte diretriz. Marque a alternativa correta.

- A) Processo de escolha mediante sufrágio universal, pelo voto uninominal facultativo e secreto dos eleitores do respectivo município ou Distrito Federal, realizado em data única em todo território nacional, a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subseqüente ao da eleição municipal, sendo estabelecido em lei municipal ou do Distrito Federal, sob a responsabilidade do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deve buscar o apoio da Justiça Eleitoral.
- B) Processo de escolha mediante sufrágio universal e direto, pelo voto uninominal facultativo e secreto dos eleitores do respectivo município ou Distrito Federal, realizado em data única em todo território nacional, a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subseqüente ao da eleição presidencial, sendo estabelecido em lei municipal ou do Distrito Federal, sob a responsabilidade do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deve buscar o apoio da Justiça Eleitoral.
- C) Processo de escolha mediante sufrágio universal, pelo voto uninominal facultativo e secreto dos eleitores do respectivo município ou Distrito Federal, realizado em data única em todo território nacional, a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subseqüente ao da eleição presidencial, sendo estabelecido em lei municipal ou do Distrito Federal, sob a responsabilidade do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deve buscar o apoio da Justiça Federal.
- D) Processo de escolha mediante sufrágio universal, pelo voto uninominal facultativo e secreto dos eleitores do respectivo município ou Distrito Federal, realizado em data única em todo território nacional, a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subseqüente ao da eleição presidencial, sendo estabelecido em lei federal, sob a responsabilidade do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deve buscar o apoio da Justiça Eleitoral.

16 - A luz da Resolução CONANDA Nº 231/2022 marque a alternativa correta.

- A) Os 05(cinco) candidatos mais votados serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo municipal ou do Distrito Federal e todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação; O mandato será de 04(quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha; A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha; Candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas.
- B) Os 05(cinco) candidatos mais votados serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Judiciário municipal ou do Distrito Federal e todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação; O mandato será de 04(quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha; A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha; Candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas.
- C) Os 05(cinco) candidatos mais votados serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Legislativo municipal ou do Distrito Federal e todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação; O mandato será de 04(quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha; A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha; Candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas.
- D) Os 05(cinco) candidatos mais votados serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo municipal ou do Distrito Federal e todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação; O mandato será de 04(quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha; A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha; Candidatura individual, sendo admitida a composição de chapas.

17 - Marque a alternativa correta. A Resolução CONANDA Nº 231/2022 determina que:

- A) São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau, inclusive.
- B) São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, inclusive.
- C) São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.
- D) São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por adoção, até o terceiro grau, inclusive.

18 - Relacione a Coluna 1 à Coluna 2, identificando as ações relacionadas ao direito de proteção à vida e à saúde de crianças e adolescentes, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Coluna 1

1. Criança e Adolescente.
2. Criança e Adolescente com deficiência.
3. Criança na faixa etária da primeira infância.

Coluna 2

() Oferecer máxima prioridade de atendimento nos casos de suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza.

() Atender, sem discriminação ou segregação, as necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação.

() Assegurar acesso integral às linhas de cuidado em saúde pelo Sistema Único de Saúde.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 1 - 2 - 3.
- B) 1 - 3 - 2.
- C) 2 - 1 - 3.
- D) 3 - 2 - 1.

19 - Dentre as alternativas abaixo, verifique as que a LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 proíbe à venda para criança ou ao adolescente:

I. Armas, munições e explosivos.

II. Bebidas alcoólicas.

III. Produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida.

IV. Fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.

V. Revistas em quadrinhos, e livros infantis.

VI. Bilhetes lotéricos e equivalentes.

Após análise, marque a alternativa que CONDIZ com as informações acima:

- A) Apenas as alternativas I, II, V estão corretas.
- B) Apenas as alternativas I, III estão corretas.
- C) As alternativas I, II, III, IV, VI estão corretas.
- D) Apenas as alternativas I, IV estão corretas.

20 - De acordo com a Lei 8.069 de 1990, é INCORRETO afirmar que:

- A) É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.
- B) As famílias com crianças e adolescentes com deficiência terão prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção.
- C) A criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- D) As crianças menores de dezesseis anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.

21 - Acerca das Disposições preliminares do Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue as assertivas a seguir.

I - Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade, de forma que o Estatuto não se aplica, em hipótese alguma, às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

II - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

III - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Estão CORRETAS apenas:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) II.

22 - Conforme previsão da Lei n. 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, assinale a alternativa incorreta.

- A) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.
- B) A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.
- C) A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.
- D) Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a dois anos.

23 - Qual o prazo máximo da internação provisória?

- A) 45 dias
- B) 90 dias
- C) 120 dias
- D) 180 dias

24 - Com base no artigo 180 do Estatuto da Criança e do Adolescente o representante do Ministério Público poderá:

- A) Promover o arquivamento dos autos; Conceder a remissão; e Representar à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa;
- B) II - Conceder a remissão; e Determinar que o adolescente seja colocado em família acolhedora;
- C) III - Representar à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa; e Determinar o relaxamento da prisão do adolescente
- D) Promover o arquivamento dos autos; Notificar os pais ou responsável pela apresentação do adolescente; e solicitar a medida protetiva.

25 - No que tange o artigo 65 do Estatuto da Criança e do Adolescente ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos:

- A) Previdenciários e constitucionais
- B) Trabalhistas e civis
- C) Previdenciários e administrativos
- D) Trabalhistas e previdenciários

26 - O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 112, ao estabelecer as Medidas Socioeducativas, afirma que, verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente algumas medidas, EXCETO:

- A) Prestação de serviços à comunidade.
- B) Trabalho forçado.
- C) Obrigação de reparar o dano.
- D) Internação em estabelecimento educacional.

27 - A luz da Lei Municipal nº 1.183/2019 em seu artigo 24 e incisos podem candidatar-se ao cargo de conselheiro tutelar do município de Cidade Ocidental cidadãos que atendam aos seguintes requisitos:

- A) Idade igual ou superior a 21(vinte e um) anos na data da posse; ser brasileiro nato; e formação em nível médio.
- B) Pleno gozo dos direitos políticos, ativo e passivo; estar com os tributos fiscais e fazendários quitados; ter mais de 05(cinco) anos de experiência comprovada na política da criança e do adolescente; e não ser brasileiro naturalizado.
- C) Ser considerado apto em avaliação psicológica; ter sua situação regularizada com o serviço militar obrigatório; não ser filiado a partido político; e não ter sofrido penalidade de perda do mandato de conselheiro tutelar.
- D) Formação em nível médio; idade igual ou superior a 21(vinte e um) anos na data da posse; não ter sofrido penalidade de perda do mandato de conselheiro tutelar; pleno gozo dos direitos políticos, ativo e passivo; e reconhecida idoneidade moral.

28 - Com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 1.183/2019 é dever do conselheiro tutelar:

- A) Assessorar e orientar a população em matéria de direitos da criança, do adolescente e da família; receber denúncias e adotar as medidas de proteção em caso de violência intrafamiliar; observar as normas legais e regulamentares, não se omitindo ou se recusando, injustificadamente, a prestar atendimento; e manter conduta compatível com a moralidade exigida para o desempenho da função.
- B) Assessorar e orientar a população em matéria de direitos da criança, do adolescente e da família; receber denúncias e adotar as medidas de proteção em caso de violência intrafamiliar; observar as normas legais, ambientais, trabalhistas e regulamentares, não se omitindo ou se recusando, injustificadamente, a prestar atendimento; e manter conduta compatível com a moralidade exigida para o desempenho da função.
- C) Assessorar e orientar a população em matéria de direitos da criança, do adolescente e da família; receber denúncias e adotar as medidas de proteção em caso de violência intrafamiliar; observar as normas legais e regulamentares, se omitindo e recusando, justificadamente, a prestar atendimento; e manter conduta compatível com a moralidade exigida para o desempenho da função.
- D) Assessorar e orientar a população em matéria de direitos da criança, do adolescente e da família; receber denúncias e adotar as medidas de proteção em caso de violência intrafamiliar; observar as normas legais e regulamentares, não se omitindo ou se recusando, justificadamente, a prestar atendimento; e manter conduta compatível com a imoralidade exigida para o desempenho da função.

29 - Segundo o que determina a Lei Municipal nº 1.183/2019 é defeso ao conselheiro tutelar:

- A) Usar a função em benefício próprio e da família
- B) Romper sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que integre
- C) Proceder de forma desidiosa no exercício de sua função
- D) Aplicar medida de desproteção contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar.

30 - São casos de perda do mandato de conselheiro tutelar, de acordo com o artigo 45 da Lei Municipal nº 1.183/2019

- A) Abandono da função por período superior a trinta dias; inassiduidade habitual injustificada; improbidade administrativa.
- B) Abandono da função por período igual a trinta dias; inassiduidade habitual injustificada; improbidade administrativa.
- C) Abandono da função por período superior a trinta dias; assiduidade habitual injustificada; improbidade administrativa.
- D) Abandono da função por período superior a trinta dias; inassiduidade habitual injustificada; probidade administrativa.